

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fabiana de Oliveira

Cidade e Memórias: Representações sobre a festa de São Sebastião e do Divino Espírito Santo
em Ibiúna.

São Paulo

2015

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Lato Sensu: História, Sociedade e Cultura

Fabiana de Oliveira

Cidade e Memórias: Representações sobre a festa de São Sebastião e do Divino Espírito Santo em Ibiúna.

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de especialista em História, sob a orientação da Professora Pós Doutora Yvone Dias Avelino.

SÃO PAULO

2015

Apresentação do tema

O projeto de pesquisa tem como temática a cidade, mais especificamente a cidade de Ibiúna, que está localizada a 70 quilômetros da capital de São Paulo. Ibiúna tem uma área urbana pequena se comparada à área rural, e sua população é de aproximadamente 70 mil habitantes, sendo 24 mil na zona urbana e 46 mil na zona rural. A cidade possui cachoeiras, represas, parques e matas, recebendo uma população fluente em fins de semana de 15 mil pessoas¹. A base econômica da cidade é a agricultura e a partir do ano 2000 passou a ser considerada estância turística. Após essa descrição técnica da cidade de Ibiúna, nos voltamos para uma descrição que transcende a ocupação de um espaço e suas quantificações, ou seja, para a cidade que envolve a história de pessoas, suas experiências, usos, conflitos, memórias e representações, além de aspectos políticos e econômicos. Um objeto multifacetado que pode ser analisado por meio de várias perspectivas, a escolhida para analisar a cidade são suas manifestações culturais, no caso a festa de São Sebastião e do Divino Espírito Santo.

A cidade de Ibiúna, na última semana do mês de maio, encontra-se em festa, envolvida nas preparações do festejo para receber um ilustre convidado que fica na cidade durante quatro dias. O santo vem em romaria carregado pelos participantes. Alguns romeiros acompanham-no a cavalo, automóvel ou bicicleta, e outros em uma caminhada de aproximadamente 30 quilômetros desde o bairro do Pocinho, conhecido como Sertão, até o centro da cidade.

Para desenvolver a pesquisa, elegi como evidência o periódico *A Vanguarda de Ibiúna*, e após uma primeira sondagem, percebi que apenas documentos escritos não dariam conta de pensar nesse objeto tão complexo que é a cidade e suas manifestações culturais. Desse modo, a história oral possibilita uma abertura maior de interpretação, já que dá conta do vivido de outros pedaços da história. Não me proponho a resgatar memórias, pois estas estão sempre ativas e se reformulando e não precisam de um “salvar” acadêmico do historiador, o que me colocaria numa posição muito distante do meu objeto. Entendo que existe um despertar de outras histórias, não que o ofício do historiador seja despertá-las, já que estas não estão adormecidas, acredito que é o historiador quem está despertando para outras histórias e não elas estão sendo despertadas pelo nosso ofício.

¹ Disponível em: www.ibiuna.sp.gov.br. Acesso em : 02 jun. de 2015.

Referencial Teórico e Metodológico

Analisar a cidade requer uma reflexão sobre a recente produção historiográfica sobre o tema que se esboça nos séculos XVIII e XIX. Desse modo, para a efetivação de uma análise histórica que tem como objeto de pesquisa a cidade, é necessário ao historiador se inserir nessa produção historiográfica composta de críticas, questionamentos, limites, métodos, riscos e auxílios. É esse o propósito de tal capítulo, para que no decorrer da pesquisa se supere tais obstáculos e absorva o que venha a ser útil para o seu avanço. Assim, procurei expor uma pequena parcela da produção historiográfica que vai servir de arcabouço teórico e metodológico para o desenvolvimento da pesquisa.

Os estudos históricos que tomam a cidade como objeto de análise é recente na historiografia, uma temática de estudo em que os historiadores representam uma minoria. Porém, anteriormente, outras disciplinas já haviam tomado as cidades como centro dos seus estudos, estimulados pelas transformações gestadas pela Revolução Industrial na Europa nos séculos XVIII - XIX. E sofreram grandes alterações e passaram a se porem como uma problemática, a serem pensadas como algo que deve ser modificado. Os saberes técnicos e estruturais advindos de engenheiros, urbanistas, sanitaristas e médicos aparecem como as primeiras tentativas de se pensar nas cidades e intervi-las.

“O higienismo e o sanitarismo de finais do século XVIII e início do XIX constituem os principais saberes sobre a cidade que resultarão na criação de uma nova ciência derivada da engenharia: o Urbanismo. Tratam, tais saberes, sobretudo das ameaças do meio a vida urbana (...).”²

Esses saberes tendem a pensar a cidade de maneira técnica e estrutural que pressupõe um espaço que se quer saudável, livre de contaminações, sujeiras, epidemias e habitações precárias. Entender as cidades apenas pelo seu viés técnico e estrutural incorre em graves prejuízos para a compreensão delas, deixando reclusa uma complexidade de outros fatores. Questão que a historiografia mais recente entende e supera, como podemos evidenci-

² FILHO, Amílcar Torrão. Sete portas e uma chave: a constituição dos saberes técnicos e teóricos sobre a cidade. In: *Politéia: História e sociedade*. Vitória da Conquista, 2009, Vol.9, nº. 11, p.51.

ar na obra de Maria Izilda Matos em *Cotidiano e Cultura*³. Para a autora, esses saberes técnicos e estruturais que se revelam nas ideias higienistas e sanitaristas que chegaram ao Brasil nos séculos XIX e XX, mais especificamente nas cidades de São Paulo e Santos, afetam algumas funções que passam a ser consideradas insalubres, como o trabalho das lavadeiras. Tendo em vista que uma das medidas tomadas por setores médicos e públicos para diminuir a precariedade sanitária e habitacional foi a distribuição de água encanada, fato que estimulou o fim do trabalho das lavadeiras. Trabalho este que passa a ser visto como prejudicial à vida saudável nas cidades. Essa intervenção afetou o cotidiano dessas mulheres e a experiência de se viver na cidade.

Esses argumentos servem para recusar apenas a utilização desses saberes técnicos para entender as cidades, pois os argumentos da autora explicitam de maneira consistente que elas compreendem um campo mais complexo de análise. Porém, não podemos virar as costas para a contribuição dos saberes médicos, engenheiros, sanitários e urbanistas sobre a cidade.

Buscando um percurso histórico para refletir sobre a construção dos saberes sobre a cidade, os séculos XIX e XX apresentam uma reflexão sob o prisma de outras disciplinas, análises que se centram no passado para tentar compreender e solucionar problemas que afetavam as cidades europeias. Ronald Raminelli, em *História Urbana*, traça um panorama interessante para a reflexão teórica. O autor aponta Fustel de Coulanges (1889-1930) como um dos primeiros historiadores modernos a teorizar sobre as cidades, em *A cidade Antiga* (1864), sua hipótese é que a organização e desenvolvimento das cidades - estado foram gestados pelos genos, traçando uma concepção evolutiva que se origina na família e termina seu processo nas cidades - estado. Ainda seguindo o traçado de Raminelli, já na obra *Conceitos e Categorias da Cidade* (1921), Max Weber se debruçou sobre as questões econômicas e sua relação com a origem das cidades, esses pressupostos se difundiram.

“O historiador entendeu por cidade uma concentração humana portadora de personalidade jurídica, vivendo do comércio e da indústria.”⁴

³ MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2002.

⁴RAMINELLI, Ronaldo. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 271.

Outras análises sobre a cidade criticam e até recusam essa estreita relação entre a cidade e questões econômicas, como expõe Henri Lefebvre

“O duplo processo de industrialização e urbanização perde todo o sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização, se se subordina a vida urbana ao crescimento industrial. Proclama-se a racionalidade industrial como necessária e como suficiente e se estará destruindo o sentido (a orientação, o objetivo) do processo.”⁵

Desse modo, o desenvolvimento da cidade só pode ser percebido na vida urbana e em suas realizações, ou seja, a vida urbana não pode se subordinar à industrialização ou constituir fator determinante.

Argumento semelhante apresenta Stella Brecianni,

“Afirmo, sim, que, a despeito de toda a ‘novidade’ que cerca os começos da industrialização, teria sido algo próximo, porém marginal, ao processo produtivo o elemento que levou à formulação da questão urbana, ou melhor, que problematizou as cidades modernas e/ou industriais. Um elemento-evento que incitou profissionais relacionados a diversos saberes a se deter no que viam acontecer nas cidades e a problematizá-las. Acredito, portanto, ser crucial romper com a relação mecânica de causa-efeito, ou com a estreita noção de determinação férrea.”⁶

Para Stella Brecianni, é insuficiente entender a cidade a partir do processo industrial, para a autora existem começos no plural, já que compreendê-la advém de vários outros saberes que também podem ser identificados nas ideias médicas, sanitárias, de engenharia e urbanização.

Não podemos nos privar de nenhum desses saberes, pelo contrário, estudá-las requer levar em consideração sua interdisciplinaridade. Porém, algumas pesquisas atuais ainda se pautam pela questão econômica relacionando a industrialização de maneira determinante à expansão urbana.

⁵ LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p.137.

⁶ BRESCIANNI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.), *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 16.

As análises mais recentes sobre história urbana incluem outras preocupações reconhecendo a complexidade do objeto e sua estreita relação com outras disciplinas. Analisar as cidades é um desafio ao historiador, tendo em vista seu diálogo com outras disciplinas e suas múltiplas facetas. Maria Stella Brescianni, em *Cidade e História*, indica um possível caminho para analisá-las, quando compara de forma metafórica a cidade como uma espécie de novelo com vários fios entrelaçados que possui várias pontas, da qual a autora também denominada como “portas das cidades”. Esses fios ou portas podem ser entendidos como diversos saberes que atravessam as cidades, como saberes sociais, médicos, engenheiro, culturais, representações, memórias e de experiências.

“Essa é a rota, ou percurso intelectual que proponho como historiadora (...) denominei as sete portas da cidade, num jogo de palavras que buscava dizer em linguagem metafórica que, se no século XIX, os saberes competentes derrubam as muralhas, e com elas as portas de entrada das cidades (...) simultaneamente erigem portas conceituais com finalidade assemelhada. Portas conceituais relacionadas a saberes antigos e novos que se formam na intenção ‘moderna’ de defesa e controle de tudo(...) As portas conceituais fornecem mecanismos de controle, a maior parte indiretos, mas de grande eficácia na ordenação racional do espaço (...)”⁷

Utilizando da mesma ideia metafórica de Brescianni, em seu artigo intitulado *Sete portas e uma chave*, o historiador Amilcar Torrão Filho argumenta:

“Sem estas diversas portas conceituais da cidade, técnicas e também teóricas, sobretudo a porta da historicidade e da perspectiva que o tempo dá aos objetos, estas várias camadas de historicidade e de interpretação que constroem o nosso objeto, a história da cidade não vai além de sua opacidade.”⁸

Para o autor, essas portas conceituais são “as chaves para analisar as cidades”. Desse modo, tendo em vista tais argumentos reflito sobre a cidade de Ibiúna, puxando algumas pontas do fio desse emaranhado de saberes sobre a cidade. Que de início remete aos saberes culturais que envolvem as memórias usos e experiências do viver nas cidades. Fios que já foram puxados por diversos estudiosos, que se faz necessário expor nessa breve discussão. Dentre eles, o sociólogo George Simmel (1858-1918), que diante das transformações ocasionadas pelo

⁷ BRESCIANNI, op. cit., 2002, p.32.

⁸ FILHO, op. cit., 2009, p.66.

crescimento das cidades, se ocupou dos efeitos dessas transformações urbanas sobre os indivíduos, ou seja, como a experiência do viver na cidade foi modificada,

“A cidade, por conseguinte, reúne detalhes preciosos sobre o real, não sendo apenas um aglomerado onde as pessoas fazem trocas comerciais (...) A cidade é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e de frustrações.”⁹

Para o autor, a cidade extrapola o âmbito econômico, existindo uma construção subjetiva entre os homens e a cidade que podem ser percebidas nos sentimentos, desejos, frustrações e impressões. Ainda fazendo referência aos saberes culturais que envolvem os usos e experiências do viver nas cidades, Henri Lefebvre, em *O direito a cidade*, entende que deve haver um direito à vida urbana que permita o uso pleno desses locais para todas as classes sociais, dando outro significado aos usos da cidade que se difere da noção de mercadoria. O uso pleno das cidades reivindicado por Lefebvre levanta uma reflexão sobre a experiência de viver nas cidades. Argumento abordado de forma interessante por Lucrécia D’ Alessio Ferrara, em *As Máscaras da Cidade*,

“(…) não pensamos o urbano se não através de seus signos. Entender a lógica dessa representação é condição necessária para produzir a teoria explicativa do urbano, ou seja, a fragilidade desse fenômeno na formulação de sua autoevidência e o caráter de mediação da imagem urbana para compreensão dele deixam claro a relação que se estabelece entre o fenômeno urbano como objeto de conhecimento através da imagem que o representa.”¹⁰

Para a autora, analisar as cidades requer pensá-la através das diversas representações construídas ao longo do tempo, que seriam “as máscaras da cidade”. Há uma construção imaginária acerca do que a cidade representa e que se completa nas atitudes observadas durante as manifestações culturais.

Nesta exposição, procurei refletir sobre o objeto de pesquisa “a cidade”, buscando uma possível direção teórica e metodológica. Tendo em vista essa reflexão inicial, acredito ser necessário explanar especificamente sobre o meu objeto de análise a cidade de Ibiúna.

⁹ RAMINELLI, op. cit., 2012, p.285.

¹⁰ FERRARA, Lucrécia D’ Alessio. *As Máscaras da Cidade*. In: *Olhar Periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.3.

A cidade de Ibiúna, localizada no interior de São Paulo, anualmente, na última semana do mês de maio, passa a ficar mais movimentada com a presença de comerciantes ambulantes, turistas e devotos. O clima de expectativa e preparações envolve a cidade, como a decoração com bandeirinhas, parque de diversão, shows, novenas, procissões e a preparação dos festeirinhos, festeiros e romeiros. O motivo da intensa movimentação na cidade é a festa religiosa em louvor a São Sebastião e ao Divino Espírito Santo.

O único trabalho direcionado ao estudo da cidade de Ibiúna é *Yuna Noiva Azul: História do Município de Ibiúna*, de autoria de José Gomes (Linense)¹¹, que pode ser entendido como um trabalho de memórias e não um trabalho histórico, já que não utiliza métodos teóricos, condição essencial para o trabalho do historiador. Esse compilado sobre a cidade compreende aspectos geofísicos, origem, lendas, feitos, personagens, datas e fatos importantes. Um pretensioso trabalho histórico que aponta para a importância da cidade, seu passado glorioso e predestinação ao sucesso. Esse trabalho pode contribuir para a pesquisa na medida em que se procura estabelecer uma memória coletiva sobre a cidade, que não são apenas recordações do passado, mas que fazem parte de um campo de conflitos e lutas pelo poder. Para Amílcar Torrão¹², existe uma relação dialética entre a cidade e a memória, o que nos coloca diante da necessidade de perseguir outras memórias. Memórias não estabelecidas, subterrâneas que poderão dialogar, confrontar ou fazer emergir outras memórias e representações sobre a cidade.

Portanto, analisar a cidade traz ao historiador o desafio de buscar uma possível reflexão diante de um emaranhado de representações. Desse modo, partimos da problemática “O que é a cidade?” para tentar esboçar algumas considerações sobre a cidade de Ibiúna, um questionamento simples, mas complexo. Entendendo o conceito sob a perspectiva de Thompson como uma expectativa, ou seja, não tomando o conceito como algo acabado, e sim como algo em transformação. As reflexões de alguns autores podem auxiliar nessa construção conceitual, como o trabalho de Raquel Rolnik, em *O que é cidade?*¹³, a autora reflete sobre a natureza, origem e transformação da cidade. Para Rolnik, não podemos estabelecer uma única definição para cidades tão diferentes no seu tempo e espaço, mas o que é comum a todas elas: a cidade como ímã, como escrita, mercado e política. Quando analisa a cidade como política, Rolnik reconhece sua ligação com a organização do espaço, existindo demarcações sociais do espaço

¹¹ GOMES, José. *Yuna Noiva Azul: História do Município de Ibiúna*. São Paulo: Editora Tempos Ltda., 1997.

¹² FILHO, op. cit., 2009.

¹³ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

que definem territórios específicos e separados para as classes sociais, construindo o que a autora denomina como “muros invisíveis”.

“(…) Nestes momentos, assim como nas festas populares como o carnaval ou as festas religiosas, as muralhas invisíveis que regulam a cidade, mantendo cada coisa em seu lugar e comprimindo a multidão no dia-a-dia, se salientam pela ausência. Quando o território da opressão vira cenário de festa (…)”¹⁴

Na festa de São Sebastião e do Divino Espírito Santo, podemos perceber esse momento de frouxidão da regulação política, apesar de haver um esforço do poder político em organizar a festa religiosa e continuar demarcando seus espaços, a cidade afrouxa seus laços de dominação e normatização.

“(…) Com o objetivo de resgatar, organizar e moralizar a Festa de São Sebastião, assim como aconteceu no ano passado, não foi permitido o comércio de bebidas alcoólicas no recinto do sertão. Foram realizados em torno da estrada alguns comandos pela Polícia Militar e Guarda Municipal, para fiscalizar carros e motos sem documentação e porte ilegal de armas. Com relação aos animais, houve uma fiscalização mais rígida, inclusive com a participação da Polícia Militar Ambiental, que acompanhou o trajeto, para que não houvesse maus tratos (…)”¹⁵

No processo de normatização da cidade existe a ideia de homogeneizar, excluindo aquilo que se apresenta como diferente. Desse modo, podemos refletir sobre a cidade enquanto palco de inúmeros conflitos, já que esta representa a normatização e não é estabelecida sem conflitos.

“Mas alguns desavisados, de comportamento no mínimo deselegante e deducado, com o carro lotado de bebida alcoólica, procuram transformar aquele sítio de devoção num deplorável piquenique (….) fazendo daquele sítio santificado o mato de suas desprezíveis incursões sensuais animais (...). e neste ano se repetiram atos reprováveis, como aqueles cavaleiros embriagados que caíam indiferentes ao trânsito de tanta gente, brincam com o chicote

¹⁴ ROLNIK, op. cit., 2012, p. 25.

¹⁵ Disponível em: www.ibiuna.sp.gov.br. Acesso em: 18 de jun. de 2014.

perigosa jineteada, ou de outros pendendo bêbados que caíam em cima de visitantes ou desafiavam o cidadão comum para a briga.”¹⁶

Podemos perceber que a realização do festejo modifica a organização do espaço e foge às normas estabelecidas pelo poder político. A definição de territórios específicos para cada classe social também se perdem durante os festejos. A cidade de Ibiúna é espacialmente dividida em uma área urbana muito pequena com uma grande área rural, onde se encontra a maioria da população. Durante o ano, esta população excluída das benesses da área urbana apenas a frequenta. Porém, com realização do festejo, essa população passa atuar de forma protagonista na cidade. Fato que pode ser evidenciado em um dos ritos da festa: a missa e procissão dos lavradores que doam parte de sua produção em homenagem ao santo, que são vendidos a preços mais baixos e revertidos para a paróquia Nossa Senhora das Dores.

“A procissão dos lavradores de Ibiúna, realizada na manhã de ontem (20), foi destaque do Programa Globo Rural exibido em rede nacional hoje (21). Uma tradição das festas de São Sebastião, o evento idealizado pelo agricultor Aníbal Albertin e pelo saudoso Padre Elizeu, completou 29 anos de existência, sendo um exemplo de fé e gratidão, além de mostrar a força da agricultura ibiunense (...).”¹⁷

Durante a procissão, os agricultores se transformam em protagonistas da cidade exibindo os frutos do seu trabalho. Constatação que nos faz voltar a problemática “O que é a cidade?” se não uma gama de representações expostas de diferentes maneiras por diferentes grupos. Argumento elucidado por Lucrécia D’ Alessio, para ela a cidade só pode ser entendida através de suas representações, ou seja, suas “máscaras”. Desse modo, explicita algumas representações urbanas que foram construídas ao longo do tempo, a cidade como índice social, contraste, inversão, poesia, ócio, reminiscência e objeto. Yvone Dias de Avelino em, *Territórios de Exclusão (1889-1930)*, partilha da mesma concepção,

“As cidades apresentavam-se como expressões da cultura em suas múltiplas facetas. Para entendê-las, faz-se necessário decodificar as imagens que emergiram das diversas formas de linguagem, que expressavam o seu conteúdo, e que vão nos dar o norte para interpretá-las na sua arquitetura, nos si-

¹⁶ A VANGUARDA, 02 jun. 2000, p.03.

¹⁷ Procissão dos lavradores de Ibiúna é destaque na Rede Globo. In: *JORNAL do POVO*. Disponível em: www.jpibiuna.com.br. Acesso em: 15 de set. 2014.

nais de trânsito, nos seus monumentos, nas suas políticas públicas, e nas diferentes marcas de suas múltiplas identidades, no tempo e no espaço.”¹⁸

Tendo em vista tais argumentos, é visível que estamos diante de um objeto que se posta tão diverso e tão complexo que apresenta múltiplas representações e facetas. Cabendo ao historiador se embrenhar nesse campo de inúmeras representações para que possa construir sua concepção de cidade. Desse modo, viver na cidade não pode ser entendido apenas na ocupação de um determinado espaço, viver na cidade é uma experiência repleta de significados, símbolos, temporalidades, grupos sociais, conflitos, representações e memórias. A experiência de viver na cidade constrói uma relação subjetiva carregada de emoções, desejos e sensações que desencadeiam diversas representações. Aspectos que podem ser evidenciados na esfera cultural, mais especificamente neste caso nas festas religiosas,

“É mês de maio,

Um viva para a abolição, da escravidão!

É mês das mães,

Mês de Maria e de São Sebastião.

Tem banda, tem quermesse,

Tem diversão;

Tem cavalaria

Vindo do Sertão

Tem missa, tem novena,

Tem procissão!

Tem fogos lá no céu,

Viva São Sebastião!

¹⁸ AVELINO, Yvone Dias. Saúde Pública e Cidade: Territórios de exclusão social, memórias, tensões e poderes. In: ANPUH. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*. Vol.1. São Paulo: ANPUH-SP, 2008.

O glorioso !!! (coro)

O glorioso,

Que mora no meu coração!

Por gratidão

Foi quem livrou da gripe espanhola a população

São dias de festejos,

Por tradição

É festa na cidade,

Festa no sertão.

É mês de maio! (coro).”¹⁹

¹⁹SOARES, Benedito A. Tributo a São Sebastião, Ritmo-Marcha, Letra e Música: Marco Antonio Truvilho, Musicografia: Benedito A. Soares. In: *Revista Cultural Festa de São Sebastião*, Ibiúna, Editora Nuestra América. Edição especial. vol.1, p.23, maio de 1998.

Após a discussão teórica e metodológica sobre a cidade, é essencial elaborar uma discussão teórica e metodológica sobre a história cultural que indique possíveis caminhos para a construção de uma reflexão sobre as manifestações culturais que envolvem a cidade, neste caso a festa de São Sebastião e do Divino Espírito Santo.

A história cultural é melhor compreendida se voltássemos às suas origens, ou seja, quando e como se deu o início de sua produção, tendo em vista suas próprias definições e métodos. Assim, é pertinente a compreensão do movimento dos Annales.

A primeira geração dos Annales, compreendendo o período de 1929 a 1939, teve como editores o medievalista Marc Bloch e o estudioso do século XVI Lucien Febvre. Nota-se em tal produção a busca de uma nova visão historiográfica que difere da historiografia tradicional positivista que perpetuava até então. Desse modo, os Annales passam a conceber novos métodos de análises que se voltam para uma história questionadora sem respostas prontas em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar. Passam a direcionar aos documentos uma análise crítica com a concepção de que estes não constituem uma verdade absoluta.

Tendo o intuito de auxiliar uma visão mais ampla da análise histórica, os Annales promovem a abordagem de outras ciências, o que se compreende por interdisciplinaridade. Tal abordagem provoca inúmeras críticas, questionando se a história acabaria submetida às outras áreas do conhecimento científico:

"(...) o fato é hoje a chamada Nova História abriu-se de tal modo a 'outros saberes' e questionamentos estruturalistas que, no limite, pôs em risco a própria soberania e legitimidade da disciplina (...)"²⁰

Em oposição, alguns historiadores defendem as contribuições da interdisciplinaridade:

"Assim, a História Nova é um exemplo típico de interdisciplinaridade, de abertura a diversas áreas do saber. Há um encontro entre duas ou mais disciplinas e o que fica é uma nova visão e experiência (...)"²¹

²⁰ VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades a História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, R., (Orgs.). *Domínios da História. Ensaio de Teorias e Metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.146.

²¹ MAROTTA, Otoni Cláudia de Almeida. *O que é história das mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.15.

Críticas e contribuições à parte, o historiador deve estar atento às duas vertentes:

“Se não resta dúvida de que, por um lado a interdisciplinaridade contribuiu muitíssimo, no atual século, para o aperfeiçoamento do saber e da narrativa historiográfica, por outro lado foi muitas vezes mal compreendida. Levada ao extremo, confundida com transdisciplinaridade, ao invés de entendida como diálogo entre disciplinas distintas quanto aos métodos e objetos, pode conduzir a verdadeiros cataclismos teóricos”²²

Desse modo, da interação com as outras ciências surge a concepção de história total, aspirando novos horizontes para a história:

“Assim a grande lição dos Annales, com sua 'exigência' metodológica de uma história total, ou global, e com sua concretização prática desta 'exigência', plasma no difícil projeto de juntar-se a, ou vincular-se muito estreitamente às demais ciências sociais (...)”²³

Outro método historiográfico utilizado pelos Annales seria a chamada história-problema, de modo que o historiador parte de problemas evidenciados pelo presente analisados através de um retrocesso, ou seja, o historiador parte do presente para questionar o passado. Tal questão estaria imbuída de concepções que o historiador tem da sociedade em que vive, tendo em vista que não se desprende de sua sociedade atual para analisar o passado. Quanto mais interrogações forem levantadas, a história enriquecerá suas concepções. Em tal método historiográfico,

“(...) Lucien Febvre convida o historiador a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve. A interrogação do passado a partir do presente tem para os Annales valor heurístico (...) O presente ajuda a pesquisa do passado e permite valorizar uma história-problema e enriquecer o conhecimento do passado.”²⁴

O movimento dos Annales ainda em sua primeira geração (1929-1939) vincula e inova através de uma preocupação com o estudo do mental, alinhavado à questão cultural. Tal preocu-

²² VAINFAS, op. cit., 1997, p. 145.

²³ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. *Os Annales e a historiografia francesa: traduções e críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: Edem, 2000, p.186.

²⁴ DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p.67.

pação é evidente nos estudos de Lucien Febvre, que tem como tema privilegiado o Renascimento e a Reforma, sob a perspectiva da relação entre indivíduo e sociedade, no qual aborda questões religiosas do século XVI, através da obra de escritores franceses como Rabelais e Margarida de Navarra.

No estudo sobre a obra de Rabelais, Febvre conclui que este seria um singular crítico da Igreja e se opõe à ideia de heresia, já que o autor percebe em seus estudos "(...) a impossibilidade, ou melhor, a dificuldade de se desenvolver um pensamento que fosse autônomo em relação à herança cristã."²⁵ Já em relação aos estudos realizados em torno de Margarida de Navarra, afirma que esta não perdeu sua religiosidade ao escrever uma obra tida como imoral para época (Heptaméron), apenas a percebeu como um indivíduo imbuído em seu contexto social. De modo que sua ambiguidade (ser religiosa e ao mesmo tempo profana) seria uma característica do século XVI, cujo período em que o autor percebe como uma "(...) época de crise de valores, que convivem o fervor das crenças e as querelas entre a religião e a vida profana."²⁶

A preocupação com o estudo do mental também pode ser evidenciada na obra de Bloch, *Os Reis Taumaturgos* (1924), que aborda a crença de que os reis poderiam curar doentes através do toque real difundida na Inglaterra e França, do século XIII ao XVIII. Publicada na década de 1920, a obra se distingue em relação aos estudos históricos do período. Bloch busca através de uma temática tida como marginal compreender a ideia política, ou seja, consegue integrá-la em um contexto global, não isolando o objeto de análise e nem o deixando desvinculado de seu contexto. Tal análise que insere o mental no âmbito social e será ofuscada principalmente na chamada terceira geração.

A chamada história de longa duração proposta por Braudel e presente na segunda geração dos *Annales* (1956 a 1969) se insere no contexto pós - Segunda Guerra Mundial, em que a historiografia passa a privilegiar mais intensamente o aspecto econômico e social. Nesse período ocorre a chamada explosão das ciências sociais e a história se percebe questionada como ciência maior do social. O diretor da revista da segunda geração dos *Annales*, Braudel, responde a tais questionamentos com a mudança das pesquisas históricas, dando-lhe um caráter estrutural que se difere da estrutura compreendida pelos sociólogos. Para Braudel, a estrutura

²⁵ RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. São Paulo: *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p.106, jan./jul. 1990.

²⁶ RAMINELLI, op. cit., 1990, p. 108.

é compreendida pelos historiadores pela permanência temporal, ou seja, o que resiste ao tempo e que se transforma lentamente. O historiador é capaz de ter acesso às estruturas profundas da sociedade, superando a análise tradicional da história que valorizava o tempo curto das rupturas e transformações. Desse modo, Braudel inovou com a noção de tempo histórico em três níveis inter-relacionados, ou seja, durações. Tais durações se definem por tempo curto, tempo médio e tempo longo. A chamada longa duração confere significados às lentas transformações da história.

A história de longa duração compreenderia alguns riscos para o historiador, como exemplificou Ronald Raminelli:

“Ou melhor, o estudo dos fatos recuados no tempo se torna perigoso à medida em que se afasta do presente do historiador (sobretudo quando se aborda as mentalidades). Neste caso, pode-se facilmente incorrer em erros de anacronia, ou melhor, atribuir a esses homens características que são peculiares à nossa época e, conseqüentemente, estranhas ao tempo estudado.”²⁷

Em relação aos aspectos econômicos, a segunda geração foca em estudos pautados pela estatística, quantificação e demografia. Ambas as gerações se pautam pela história global, a história problema e de longa duração.

A terceira geração dos Annales, que compreende o período de 1969 a 1989, apresenta certa descontinuidade entre a análise historiográfica das gerações anteriores.

Inúmeras críticas historiográficas se dirigem à terceira geração por tratar o objeto de análise, esmiuçando-o, isolando-o e desvinculando-o de seu contexto; de certa forma, diferindo-se das análises historiográficas das gerações anteriores que preconizavam a integração do objeto com o todo, ou seja, sua relação com o contexto social.

Dentre tais críticas que se dirigem à terceira geração é pertinente expor François Dosse em sua obra *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. Para Dosse, a *História da Vida Privada* se encontra imbuída de um modismo e propaganda. Tal tendência desenvolve-se desde a década de 1970 com a terceira geração dos Annales, quando ocorre uma abertura do leque de possibilidades de pensar e fazer história, ou seja, abrem-se novos campos como o quantitativo, o cultural, a psico-história; além da micro-história e a aproximação com a histó-

²⁷ RAMINELLI, op. cit., 1990, p. 98.

ria antropológica. A problemática exposta é a de que a terceira geração dos Annales, ao dar ênfase à antropologia, à história das mentalidades e do cotidiano, particularizou a história estudando um grupo de pessoas ou um único indivíduo. O problema está em que estudar apenas um grupo de pessoas ou um único indivíduo, a história se congela de modo que não há transformação.

É possível compreender um conjunto através de uma análise histórica fragmentada como a problemática explicitada nos estudos de Dosse, ou seja, é possível compreender o conjunto através de uma análise que parte do específico?

Para argumentar sobre tal questionamento, aponto o trabalho de Mary Del Priore²⁸, que defende uma análise pormenorizada do objeto, mas compreendendo a possibilidade de relação com o conjunto. A autora aponta a possibilidade de se compreender o geral através do específico com o auxílio da antropologia histórica, elaborando uma história pautada pela transformação:

“Com o auxílio da antropologia histórica, o cotidiano e a vida privada permitem ser analisados numa abordagem global, que atribui a cada autor e a cada elemento da realidade histórica um papel no funcionamento dos sistemas que permitem a decifração desta realidade. A antropologia corresponde à necessidade de encontrar, no cotidiano e na vida privada, diferentes formas de transformação, de fazer seu inventário, de compreender seus mecanismos e afirmar sua pluralidade.”²⁹

Para Mary Del Priore, a vida privada se torna visível no século XVIII, período em que se estabelece as relações burguesas ditadas pelas práticas capitalistas. Segundo a autora, "No sentido comum, o termo remete, com imediatismo à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo." ³⁰

Visto que é nesse ambiente (meio familiar e cotidiano) que a sociedade burguesa atua sem as amarras da vida pública, meio em que se realizam as práticas produtivas e a luta de classes e, de certa forma, estabelece suas relações. Desse modo, a autora relaciona uma análise pautada

²⁸ PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro, F; VAINFAS, R, (Orgs). *Domínios da história. Ensaio de teorias e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²⁹ PRIORE, op. cit., 1997, p. 270.

³⁰ PRIORE, op. cit., 1997, p.260.

pelo específico para a compreensão do todo, ou seja, para a compreensão da sociedade burguesa.

Como pode ser observado em seus estudos, a autora analisa a vida privada que deriva do conceito tido como "vago" a partir das críticas direcionadas à História das Mentalidades. A Nova História Cultural passa a sugerir diversas mudanças em relação ao estudo do mental, como a preocupação com o popular, valorização da estratificação e dos conflitos sociais. Outro trabalho que percorre trajetória semelhante é o estudo de Margareth Rago sobre a prostituição em São Paulo entre 1890 e 1930. Através da análise da prostituição, Rago consegue compreender a sociedade e suas transformações em curso:

“(...) tentarei perceber em que a presença das cortesãs, muitas das quais estrangeiras, afetou o imaginário social, tendo em vista as próprias mudanças sociais e culturais que atingiram a condição da mulher na cidade de São Paulo.”³¹

Ainda sobre a relação dos estudos entre Dosse, Mary Del Priore e Margareth Rago, em geral Dosse refere-se aos limites e riscos dos estudos pautados pelo específico, que segundo o autor, compreende uma história em migalhas, ou seja, fragmentada. Enquanto Mary Del Priore e Margareth Rago apontam suas possibilidades e importância.

Inaugurada pela primeira geração e pouco evidenciada pela segunda, a denominada História das Mentalidades ganha outras possibilidades e vertentes na terceira geração.

Devido às diversas críticas direcionadas à história das mentalidades que busca conceber uma mentalidade coletiva tida como homogênea e não levando em consideração as particularidades e diferentes classes sociais, ou seja, "(...) apregoar que a mentalidade é algo comum ao conjunto da sociedade, não importando o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social (César e o soldado romano, São Luís e o camponês etc.)"³², esta passa a assumir a definição de Nova História Cultural que adentra a preocupação com o popular, estratificação e conflitos sociais. A denominada Nova História Cultural não nega o estudo do mental desde que se viabilizem tais preocupações, ou seja, a conexão com a sociedade. Como argumenta Ronaldo Vainfas ao citar a afirmação de Ginzburg:

³¹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.25.

³² VAINFAS, op. cit., 1997, p.149.

(...) 'Insistindo nos elementos comuns, homogêneos, da mentalidade de em certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e o contraste entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa mentalidade coletiva indiferenciada e interclassista.³³

O autor elabora um estudo sobre um moleiro friulano pertencente às classes populares. De início apresenta as dificuldades encontradas pelo historiador em viabilizar um estudo sobre tal classe. Tendo em vista a escassez de documentos e quando são encontrados derivam de fontes escritas em geral de autoria da classe dominante, segundo o autor:

“Ainda hoje a cultura das classes subalternas é (e em muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente oral (...) Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais ou menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam.”³⁴

Desse modo, mesmo a fonte sendo de certa forma filtrada, não significa que a documentação seja inútil.

(...) induz hoje muitos historiadores a jogar a criança fora junto com a água da bacia - ou, deixando de lado as metáforas, a cultura popular junto com a documentação que dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada.”³⁵

No desenvolver de sua análise sobre o moleiro Menochio, tal obstáculo é superado, pois há a compreensão de que existe uma circularidade cultural, ou seja, os dois polos culturais constituídos pela cultura popular e erudita não se distinguem, pelo contrário: se convergem. Existindo uma influência recíproca entre as duas culturas:

“Mas a cultura popular se define também, de outro lado, pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida. È a propósito desta dinâ-

³³ VAINFAS, op. cit., 1997, p. 151.

³⁴ GIZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.18.

³⁵ GINZBURG, op. cit., 1987, p.22.

mica entre os níveis culturais do popular e erudito - já que também a cultura letrada filtra à sua moda os elementos da cultura popular -, que Carlo Ginzburg propõem o conceito de circularidade cultural.”³⁶

Menochio personifica o processo de circularidade cultural presente num indivíduo que filtra valores da classe dominante e interpreta-os de acordo com sua concepção de vida, ou seja, de indivíduo inserido no âmbito social.

Outro método que contribui para percepção da cultura popular é a história oral. Através dos relatos podemos adentrar em um universo específico que constrói suas próprias visões de vida e de mundo, mas que apesar de construir visões próprias, não está destacado da ideia de circularidade cultural, ou seja, em tais construções existe uma influência recíproca entre as classes. Essa dinâmica entre os níveis culturais evidenciados por Carlo Ginzburg evita ou pelo menos aponta o obstáculo em desenvolver uma pesquisa baseada em uma visão dicotômica da história como cultura popular e erudita, classe dominada e dominante ou ainda vencidos e vencedores. Através da história oral podemos rejeitar as dicotomias e obter uma multiplicidade de histórias dentro da história reconhecendo sua diversidade.

A história oral perpassa pelo campo das representações, concepções de mundo e da memória, que segundo Le Goff, em *História e Memória*, não pode ser entendido apenas como uma mera recordação do passado, mas como

“(…) um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória”³⁷

Podemos entender que narrar não é apenas lembrar, mas selecionar, alterar, reconstruir e organizar. A memória é um campo de conflitos que engendra relações com o presente e com determinados grupos sociais. Segundo Marcia Mansor,

“A entrada em cena de memórias subterrâneas faz aflorar conflitos entre as memórias emergentes e estabelecidas (...) A fragmentação provocada por

³⁶ VAINFAS, op. cit., 1997, p. 152

³⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 470.

memórias paralelas desorganiza esse referencial maior criando novas identidades e questionando o poder estabelecido.”³⁸

O projeto visa contribuir para emersão de diversas memórias sobre a festa de São Sebastião e do Divino Espírito Santo do ponto de vista dos próprios atores dos festejos. Desse modo, inserindo os festejos nesse campo conflituoso de lutas que podem iluminar questões do presente.

Em suma, a discussão teórica de tais autores indica possíveis alternativas para o desenvolvimento da temática.

³⁸ D’ ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: Identidade, Subjetividade, Fragmentos e Poderes. In: *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós – Graduados de História*, São Paulo, vol.17, nov. 1998.p.277.

Sondagem inicial das fontes e problematização

Segundo os argumentos de Thompson em *A miséria da Teoria*, o trabalho do historiador é dinâmico e no contato com as fontes pode ser modificado. A evidência questiona a teoria e a teoria questiona a evidência, e assim existe um diálogo constante entre evidência e teoria. Tendo em pauta tais argumentos refleti minimamente sobre as fontes que serão analisadas e que tais questões podem ser reformuladas em um contato mais cuidadoso com as fontes.

O objetivo do projeto é entender os festejos em homenagem a São Sebastião que acontecem anualmente na cidade de Ibiúna, São Paulo. De início, me inquietavam algumas questões: Por que essa festa permanece? Que discursos a legitimam na sociedade atual?

Para tentar enfrentar essas problemáticas, decidi analisar a imprensa local, fiz uma sondagem e percebi que existiam poucos periódicos na cidade e optei por me ater ao periódico *A Vanguarda*, que possui considerável acervo no arquivo da Biblioteca Municipal Monteiro Lobato. O periódico apresenta uma circulação semanal e é distribuído gratuitamente em várias cidades da região e tem um total de seis páginas, com exceção de dias comemorativos dos quais as páginas se estendem. A primeira e a última página do periódico são coloridas e a publicidade encontra considerável espaço, o que parece lógico devido à sua gratuidade. No início de sua circulação apresentava o nome de *A Vanguarda de Osasco* por decisão do fundador Nelson Soares de Freitas. Somente no ano de 1974 fixa-se como periódico local com o título de *A Vanguarda* de Ibiúna. Atualmente é dirigido pela esposa do fundador, Santina Deodato de Freitas, e suas filhas Elizabeth de Freitas de Paula Oliveira (diretora técnica) e Soraya Freitas Spidaletti (diretora comercial).

“ (...) A escolha de um jornal como objeto de estudo justificasse por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.”³⁹

³⁹ LUCA, Regina Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Bassarezi Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.118.

o narrado localiza-se o fazer do próprio historiador.”⁴⁰

Nesse hiato entre o vivido e o narrado é que procurarei adentrar, estabelecendo uma análise entre esses dois âmbitos. Portanto, ainda sobre o fazer do historiador em meio a tais universos existe uma inexatidão sobre o recorte temporal, em que até o momento, apenas estabeleço o início, que por hora, reporta-se ao ano 2000, período em que a cidade recebe o título de Estância Turística. A justificativa para o início do recorte pressupõe a análise da cidade diante desse novo contexto político e sua implicação ou não com os festejos.

A concepção de festas populares que tomo como perspectiva para o projeto pode ser evidenciada nos argumentos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin

“As festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma forma primordial, marcante, da civilização humana. Não é preciso considerá-las nem explicá-las como um produto de condições e finalidades práticas do trabalho coletivo nem, interpretação mais vulgar ainda práticas do trabalho coletivo nem, interpretação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção de mundo.”⁴¹

Partilhando da concepção de Bakhtin sobre festividades, a análise da festa de São Sebastião e do Divino Espírito Santo tem como pretensão se imbricar nesse sentido profundo essas representações e concepções de mundo de um determinado espaço e grupo social por meio das fontes indicadas. Portanto, torna-se interessante descrever a organização de tal festividade.

A festa é realizada na última semana do mês de maio, data que os romeiros seguem a tradição de buscar o santo na capela de São Sebastião, no bairro do Pocinho, trazendo a imagem numa caminhada de aproximadamente trinta quilômetros. Os romeiros passam o primeiro dia no local antes de retornar para a cidade. No segundo dia, a imagem segue para a Igreja da Matriz em romaria, e no quinto dia a cidade estabelece feriado municipal, quando a imagem retorna

⁴⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória a cultura popular revisitada*. Contexto, São Paulo, 1992, p. 10.

⁴¹ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 7.

mais uma vez em romaria à capela do bairro do Pocinho. Os festejos mesclam missas, procissões, bandas, shows, intenso comércio e visitantes.

No que se refere às entrevistas, estas serão temáticas e estabeleço um roteiro geral para as entrevistas que pode servir para a produção de roteiros individuais:

Como iniciou sua participação na festa de São Sebastião?

Quais são os motivos para participação nos festejos?

Como é a sua participação?

Como se organiza a festa?

As perguntas elaboradas para o roteiro geral são abertas levando o entrevistado a discorrer sobre o tema o que pode abrir novas perspectivas de análise, são curtas e objetivas para que não haja dificuldades no resgate da memória. Portanto, listei algumas pessoas que poderiam, possivelmente, serem entrevistadas e de como poderiam contribuir com a pesquisa através de seus relatos.

Anibal Albertin - residente na cidade de Ibiúna, 82 anos, agricultor. Teria inserido uma mudança nos festejos por meio da procissão dos lavradores, no qual os produtos são doados pelos agricultores e vendidos com a renda revertida para a paróquia.

Antônio Carlos Vieira Ruivo - residente na cidade de Ibiúna, professor aposentado, participa dos festejos decorando o andor do Santo e autor do DVD Festa de São Sebastião.

Luís Francisco Vieira Ruivo (Chiquinho) - residente da cidade de Ibiúna, professor aposentado, irmão de Antônio Carlos Vieira Ruivo, que também participa dos festejos decorando o andor do santo.

José Gomes (Linense) - residente na cidade de Ibiúna, 78 anos, autor do livro Yuna Noiva Azul: História do Município de Ibiúna.

Benedito Aparecido Soares (Dito Índio), residente na cidade de Ibiúna, 78 anos, compositor e músico da Banda Nossa Senhora das Dores Ibiúna.

Portanto, retomando os argumentos de Thompson sobre a dinâmica do trabalho do historiador, ou seja, o diálogo entre a teoria e a evidência, ponto como forma de estruturar melhor a pesquisa que esta se centre na história oral, tomando outras fontes como complementares no caso do periódico.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. *Os Annales e a historiografia francesa: traduções e críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: Edem, 2000, p.181-198

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi.(Org.). *Fontes Históricas*. Editora Contexto, São Paulo, 2011.

ALBERTIM, Tiago. *Procissão de Lavradores de Ibiúna é destaque na Rede Globo*. Disponível em: www.jpibiuna.com.br. Acesso em 15 de set. de 2014.

A Vanguarda, Ibiúna, jan.2000.

Arquivo: Biblioteca Municipal Monteiro Lobato

AVELINO, Yvone Dias. Saúde Pública e Cidade: Territórios de exclusão social, memórias, tensões e poderes. In: ANPUH. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*. Vol.1. São Paulo: ANPUH-SP, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 1-50.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: A longa duração*. In: Escritos sobre história. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.41-54.

BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9 – 45.

D' ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da Memória na Historiografia: Identidade, Subjetividade, Fragmentos e Poderes. In: *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós – Graduados de História*, São Paulo, vol.17, nov. 1998.p.269- 280.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. *Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica*. Anais do XXVI, Simpósio Nacional de História ANPUH, SP julho 2011.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, p.167-180, 1992.

FERRARA Lucrécia D' Aléssio. *Olhar Periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1999.

FILHO, Amilcar Torrão. Sete portas e uma chave: a constituição dos saberes técnicos e teóricos sobre a cidade. In: *Politéia: História e sociedade*. Vitória da Conquista. Vol.9, nº. 11, p.51-69, 2009.

GIZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.15-34.

GOMES, José. *Yuna Noiva Azul: História do Município de Ibiúna*. São Paulo: Editora Tempos Ltda., 1997, p.83-87

GOMES, José. ANDRADE, Valdo (orgs.). *Santo Protetor de Ibiúna. Tradição, fé e coragem na maior festa popular da região*. Ibiúna: Nuestra América Editora e Video, Edição Especial, maio de 1998.

LEFEBVRE, Henri, *O direito a Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 (tradução Rubens Eduardo Frias).

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 419- 471.

LUCA, Regina Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Bassarezi Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.111-142

MAROTTA, Otoni Cláudia de Almeida. *O que é história das mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.7-53.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*, São Paulo: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória a cultura popular revisitada*. Contexto, São Paulo, 1992.

Maria Stella Brescianni. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 16-35.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro, F; VAINFAS, R, (Orgs). *Domínios da História. Ensaio de teorias e metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.259-274.

RAMINELLI, Ronaldo. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 271.

RAMINELLI, Ronald. RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. São Paulo: *Revista de História*, São Paulo, n. 122, p.97-115, jan./jul. 1990.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.19-45.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades a História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, R.(Orgs.). *Domínios da História. Ensaio de Teorias e Metodologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.144-157.

